



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

LEI Nº 3.058/2021
11 DE JUNHO DE 2021.

LDO 2022
LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.058/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quixeramobim, Estado do Ceará, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, para o exercício de 2022 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. Metas Fiscais;
- II. as Prioridades da Administração Municipal;
- III. a Estrutura dos Orçamentos;
- IV. as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V. as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI. as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII. as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII. as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2022, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA STN nº 375, de 8 de julho de 2020, 11ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2021.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2022 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2022, 2023 e 2024 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, as METAS ANUAIS DA LDO 2022, contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

VALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2022, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2022, 2023 e 2024.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedeceram as determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2022, 2023 e 2024.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2022, **serão definidas** e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2022 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2022 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2022 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2022 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2021 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2022 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,2% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 100% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF), sendo esse último para os Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2022 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2022, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 100, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2022, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2022 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2022, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2022 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2022 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2022, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2022.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2022, Executivo e Legislativo,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2021, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,100% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2022, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim - Estado do Ceará, em 11 de junho de 2022.

Cirilo Antônio Pimenta Lima
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de
Quixeramobim

ESTADO DO CEARÁ

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
RECEITAS CORRENTES	180.609.073,28	194.286.969,09	183.912.000,00	189.429.360,00	197.006.534,40	206.856.861,12	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.523.367,15	9.602.248,89	7.823.500,00	8.058.205,00	8.380.533,20	8.799.559,86	
CONTRIBUIÇÕES	8.458.282,67	9.053.047,63	10.330.000,00	10.639.900,00	11.065.496,00	11.618.770,80	
RECEITA PATRIMONIAL	809.535,42	382.310,16	662.750,00	682.632,50	709.937,80	745.434,69	
RECEITA DE SERVIÇOS	9.838.608,68	10.005.688,33	10.743.000,00	11.065.290,00	11.507.901,60	12.083.296,68	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	161.904.194,74	173.722.560,65	161.908.800,00	166.766.064,00	173.436.706,56	182.108.541,89	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.952.447,99	3.363.964,60	4.241.950,00	4.369.208,50	4.543.976,84	4.771.175,68	
RECEITAS DE CAPITAL	9.635.157,63	5.074.391,46	17.084.900,00	17.597.447,00	18.301.344,88	19.216.412,12	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	27.294,90	20.000,00	20.600,00	21.424,00	22.495,20	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.635.157,63	5.047.096,56	17.064.900,00	17.576.847,00	18.279.920,88	19.193.916,92	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	8.075.674,42	6.799.636,63	11.460.000,00	11.803.800,00	12.275.952,00	12.889.749,60	
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.738.988,76	6.619.365,44	11.080.000,00	11.412.400,00	11.868.896,00	12.462.340,80	
SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	336.685,66	180.271,19	380.000,00	391.400,00	407.056,00	427.408,80	
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-11.877.363,37	-11.842.851,17	-11.798.000,00	-12.151.940,00	-12.638.017,60	-13.269.918,48	
Total	198.319.905,33	206.160.997,18	212.456.900,00	218.830.607,00	227.583.831,28	238.963.022,84	

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021

CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	8.523.367,15	
2020	9.602.248,89	12,66
2021	7.823.500,00	-18,52
2022	8.058.205,00	3,00
2023	8.380.533,20	4,00
2024	8.799.559,86	5,00

Nota:

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

CONTRIBUIÇÕES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	8.458.282,67	
2020	9.053.047,63	7,03
2021	10.330.000,00	14,11
2022	10.639.900,00	3,00
2023	11.065.496,00	4,00
2024	11.618.770,80	5,00

Nota:

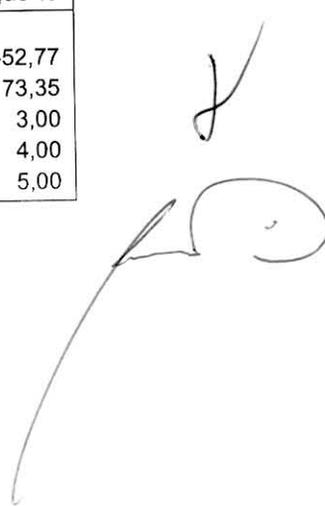
CONTRIBUIÇÕES

RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	809.535,42	
2020	382.310,16	-52,77
2021	662.750,00	73,35
2022	682.632,50	3,00
2023	709.937,80	4,00
2024	745.434,69	5,00

Nota:

RECEITA PATRIMONIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

RECEITA DE SERVIÇOS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	9.838.608,68	
2020	10.005.688,33	1,70
2021	10.743.000,00	7,37
2022	11.065.290,00	3,00
2023	11.507.901,60	4,00
2024	12.083.296,68	5,00

Nota:

RECEITA DE SERVIÇOS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	161.904.194,74	
2020	173.722.560,65	7,30
2021	161.908.800,00	-6,80
2022	166.766.064,00	3,00
2023	173.436.706,56	4,00
2024	182.108.541,89	5,00

Nota:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	2.952.447,99	
2020	3.363.964,60	13,94
2021	4.241.950,00	26,10
2022	4.369.208,50	3,00
2023	4.543.976,84	4,00
2024	4.771.175,68	5,00

Nota:

OUTRAS RECEITAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I.a - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ALIENAÇÃO DE BENS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	0,00	
2020	27.294,90	0,00
2021	20.000,00	-26,73
2022	20.600,00	3,00
2023	21.424,00	4,00
2024	22.495,20	5,00

Nota:

ALIENAÇÃO DE BENS

CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	7.738.988,76	
2020	6.619.365,44	-14,47
2021	11.080.000,00	67,39
2022	11.412.400,00	3,00
2023	11.868.896,00	4,00
2024	12.462.340,80	5,00

Nota:

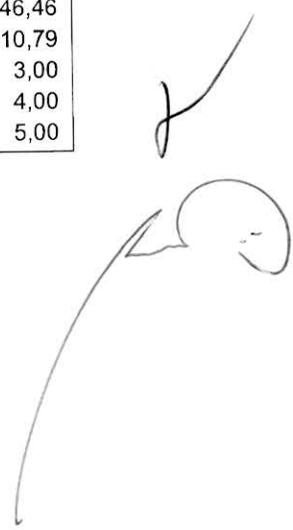
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA

SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	336.685,66	
2020	180.271,19	-46,46
2021	380.000,00	110,79
2022	391.400,00	3,00
2023	407.056,00	4,00
2024	427.408,80	5,00

Nota:

SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA			PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
DESPESAS CORRENTES (I)								
Pessoal e Encargos Sociais	169.398.580,15	183.433.391,24	186.378.411,70	191.969.764,05	199.648.554,62	209.630.982,34		
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	96.923.668,04	105.516.991,21	115.945.521,80	119.423.887,45	124.200.842,95	130.410.885,09		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	89.281.506,81	100.838.365,94	105.612.871,80	108.781.257,95	113.132.508,27	118.789.133,68		
Juros e Encargos da Dívida	7.642.161,23	4.678.625,27	10.332.650,00	10.642.629,50	11.068.334,68	11.621.751,41		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes	72.474.912,11	77.916.400,03	70.432.889,90	72.545.876,60	75.447.711,67	79.220.097,25		
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	18.160.937,63	24.276.850,83	10.727.869,36	11.049.705,44	11.491.693,66	12.066.278,34		
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	79.593,05	5.000,00	5.150,00	5.356,00	5.623,80		
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	1.194.786,87	1.374.746,23	1.200.000,00	1.236.000,00	1.285.440,00	1.349.712,00		
Aplicações Diretas	53.115.573,61	52.004.938,73	57.269.670,54	58.987.760,66	61.347.271,09	64.414.634,64		
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.614,00	180.271,19	1.230.350,00	1.267.260,50	1.317.950,92	1.383.848,47		
DESPESA DE CAPITAL (II)	12.232.281,97	14.633.664,02	23.743.488,30	24.455.792,95	25.434.024,67	26.705.725,91		
Investimentos	10.440.117,65	13.547.554,29	22.398.221,18	23.070.167,82	23.992.974,53	25.192.623,26		
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	5.000,00	5.150,00	5.356,00	5.623,80		
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	1.000,00	1.030,00	1.071,20	1.124,76		
Aplicações Diretas	10.440.117,65	13.547.554,29	22.392.221,18	23.063.987,82	23.986.547,33	25.185.874,70		
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida	1.792.164,32	1.086.109,73	1.345.267,12	1.385.625,13	1.441.050,14	1.513.102,65		
Aplicações Diretas	1.792.164,32	1.086.109,73	1.345.267,12	1.385.625,13	1.441.050,14	1.513.102,65		
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	2.335.000,00	2.405.050,00	2.501.252,00	2.626.314,60		

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	181.630.862,12	198.067.055,26	212.456.900,00	218.830.607,00	227.583.831,29	238.963.022,85

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

DESPESAS CORRENTES (I)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	169.398.580,15	
2020	183.433.391,24	8,29
2021	186.378.411,70	1,61
2022	191.969.764,05	3,00
2023	199.648.554,62	4,00
2024	209.630.982,34	5,00

Nota:

DESPESAS CORRENTES (I)

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	96.923.668,04	
2020	105.516.991,21	8,87
2021	115.945.521,80	9,88
2022	119.423.887,45	3,00
2023	124.200.842,95	4,00
2024	130.410.885,09	5,00

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	89.281.506,81	
2020	100.838.365,94	12,94
2021	105.612.871,80	4,73
2022	108.781.257,95	3,00
2023	113.132.508,27	4,00
2024	118.789.133,68	5,00

Nota:

Aplicações Diretas



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	72.474.912,11	
2020	77.916.400,03	7,51
2021	70.432.889,90	-9,60
2022	72.545.876,60	3,00
2023	75.447.711,67	4,00
2024	79.220.097,25	5,00

Nota:

Outras Despesas Correntes

Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	18.160.937,63	
2020	24.276.850,83	33,68
2021	10.727.869,36	-55,81
2022	11.049.705,44	3,00
2023	11.491.693,66	4,00
2024	12.066.278,34	5,00

Nota:

Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	1.194.786,87	
2020	1.374.746,23	15,06
2021	1.200.000,00	-12,71
2022	1.236.000,00	3,00
2023	1.285.440,00	4,00
2024	1.349.712,00	5,00

Nota:

Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	53.115.573,61	
2020	52.004.938,73	-2,09
2021	57.269.670,54	10,12
2022	58.987.760,66	3,00
2023	61.347.271,09	4,00
2024	64.414.634,64	5,00

Nota:

Aplicações Diretas

Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	3.614,00	
2020	180.271,19	4888,13
2021	1.230.350,00	582,50
2022	1.267.260,50	3,00
2023	1.317.950,92	4,00
2024	1.383.848,47	5,00

Nota:

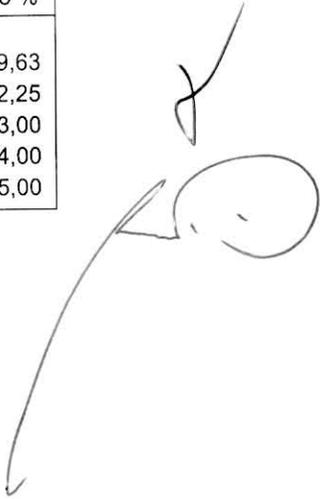
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades

DESPESA DE CAPITAL (II)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	12.232.281,97	
2020	14.633.664,02	19,63
2021	23.743.488,30	62,25
2022	24.455.792,95	3,00
2023	25.434.024,67	4,00
2024	26.705.725,91	5,00

Nota:

DESPESA DE CAPITAL (II)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	10.440.117,65	
2020	13.547.554,29	29,76
2021	22.398.221,18	65,33
2022	23.070.167,82	3,00
2023	23.992.974,53	4,00
2024	25.192.623,26	5,00

Nota:
Investimentos

Aplicações Diretas

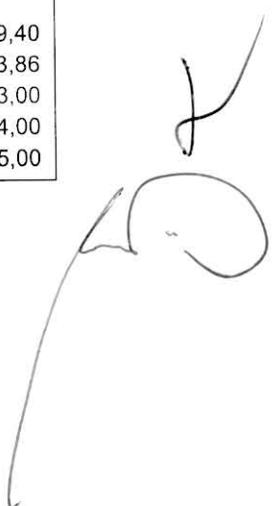
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	10.440.117,65	
2020	13.547.554,29	29,76
2021	22.392.221,18	65,29
2022	23.063.987,82	3,00
2023	23.986.547,33	4,00
2024	25.185.874,70	5,00

Nota:
Aplicações Diretas

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	1.792.164,32	
2020	1.086.109,73	-39,40
2021	1.345.267,12	23,86
2022	1.385.625,13	3,00
2023	1.441.050,14	4,00
2024	1.513.102,65	5,00

Nota:
Amortização da Dívida



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	1.792.164,32	
2020	1.086.109,73	-39,40
2021	1.345.267,12	23,86
2022	1.385.625,13	3,00
2023	1.441.050,14	4,00
2024	1.513.102,65	5,00

Nota:
Aplicações Diretas

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2019	0,00	
2020	0,00	0,00
2021	2.335.000,00	0,00
2022	2.405.050,00	3,00
2023	2.501.252,00	4,00
2024	2.626.314,60	5,00

Nota:
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)



Prefeitura Municipal de Quixeramobim

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	180.609.073,28	194.286.969,09	183.912.000,00	189.429.360,00	197.006.534,40	206.856.861,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.523.367,15	9.602.248,89	7.823.500,00	8.058.205,00	8.380.533,20	8.799.559,86
Contribuições	8.458.282,67	9.053.047,63	10.330.000,00	10.639.900,00	11.065.496,00	11.618.770,80
Receita Patrimonial	809.535,42	382.310,16	662.750,00	682.632,50	709.937,80	745.434,69
Aplicações Financeiras (II)	809.535,42	382.310,16	662.750,00	682.632,50	709.937,80	745.434,69
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.838.608,68	10.005.688,33	10.743.000,00	11.065.290,00	11.507.901,60	12.083.296,68
Transferências Correntes	150.026.831,37	161.879.709,48	150.110.800,00	154.614.124,00	160.798.688,96	168.838.623,41
Outras Receitas Correntes	2.952.447,99	3.363.964,60	4.241.950,00	4.369.208,50	4.543.976,84	4.771.175,68
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.952.447,99	3.363.964,60	4.241.950,00	4.369.208,50	4.543.976,84	4.771.175,68
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	179.799.537,86	193.904.658,93	183.249.250,00	188.746.727,50	196.296.596,60	206.111.426,43
RECEITAS DE CAPITAL (V)	9.635.157,63	5.074.391,46	17.084.900,00	17.597.447,00	18.301.344,88	19.216.412,12
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	27.294,90	20.000,00	20.600,00	21.424,00	22.495,20
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.635.157,63	5.047.096,56	17.064.900,00	17.576.847,00	18.279.920,88	19.193.916,92
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - IX - X)	9.635.157,63	5.074.391,46	17.084.900,00	17.597.447,00	18.301.344,88	19.216.412,12
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	189.434.695,49	198.979.050,39	200.334.150,00	206.344.174,50	214.597.941,48	225.327.838,55

DESPESAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (XIII)	169.398.580,15	183.433.391,24	186.378.411,70	191.969.764,05	199.648.554,62	209.630.982,34
Pessoal e Encargos Sociais	96.923.668,04	105.516.991,21	115.945.521,80	119.423.887,45	124.200.842,95	130.410.885,09
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	72.474.912,11	77.916.400,03	70.432.889,90	72.545.876,60	75.447.711,67	79.220.097,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	169.398.580,15	183.433.391,24	186.378.411,70	191.969.764,05	199.648.554,62	209.630.982,34
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	12.232.281,97	14.633.664,02	23.743.488,30	24.455.792,95	25.434.024,67	26.705.725,91
Investimentos	10.440.117,65	13.547.554,29	22.398.221,18	23.070.167,82	23.992.974,53	25.192.623,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.792.164,32	1.086.109,73	1.345.267,12	1.385.625,13	1.441.050,14	1.513.102,65
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XIX - XX)	10.440.117,65	13.547.554,29	22.398.221,18	23.070.167,82	23.992.974,53	25.192.623,26
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	2.335.000,00	2.405.050,00	2.501.252,00	2.626.314,60
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	179.838.697,80	196.980.945,53	211.111.632,88	217.444.981,87	226.142.781,15	237.449.920,20
RESULTADO PRIMÁRIO-Acima da linha (XXIV) = (XII - XXIII)	9.595.997,69	1.998.104,86	-10.777.482,88	-11.100.807,37	-11.544.839,67	-12.122.081,65

Prefeitura Municipal de Quixeramobim

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

(R\$)

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA					
	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	83.375.192,87	83.108.354,75	85.968.677,49	83.389.617,17	80.054.032,48	76.051.330,86
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00	17.119.577,91	16.605.990,58	15.941.750,95	15.144.663,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.307.999,62	9.735.354,50	27.892.718,75	27.055.937,19	25.973.699,70	24.675.014,72
Demais Haveres Financeiros	3.152,72	3.152,72	3.152,72	3.058,14	2.935,81	2.789,02
(-) Restos a Pagar (XXX)	23.776.302,80	15.229.681,32	10.776.293,56	10.453.004,75	10.034.884,56	9.533.140,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	83.375.192,87	83.108.354,75	68.849.099,58	66.783.626,59	64.112.281,53	60.906.667,45
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb))	-2.877.199,87	266.838,12	14.259.255,17	2.065.472,99	2.671.345,06	3.205.614,08

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2018(R\$80.497.993,00)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2022
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	323.288,81
RECEITA DE ALIEN. DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	66.783.626,59
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	5,25
PAGTO. DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	68.525.816,02
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	68.525.816,02

Quixeramobim-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANTÔNIA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC. DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

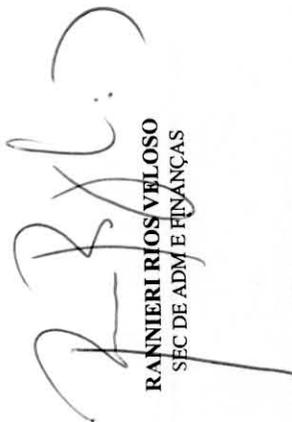
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA					
	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	83.375.192,87	83.108.354,75	85.968.677,49	83.389.617,17	80.054.032,48	76.051.330,86
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00	17.119.577,91	16.605.990,58	15.941.750,95	15.144.663,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.307.999,62	9.735.354,50	27.892.718,75	27.055.937,19	25.973.699,70	24.675.014,72
Demais Haveres Financeiros	3.152,72	3.152,72	3.152,72	3.058,14	2.935,81	2.789,02
(-) Restos a Pagar (XXX)	23.776.302,80	15.229.681,32	10.776.293,56	10.453.004,75	10.034.884,56	9.533.140,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	83.375.192,87	83.108.354,75	68.849.099,58	66.783.626,59	64.112.281,53	60.906.667,45
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb)	-2.877.199,87	266.838,12	14.259.255,17	2.065.472,99	2.671.345,06	3.205.614,08

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2018(R\$80.497.993,00)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2022
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	323.288,81
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	66.783.626,59
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	5,25
PAGTO. DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	68.525.816,02
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	68.525.816,02

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
 PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
 SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	80.497.993,00	83.375.192,87	83.108.354,75	85.968.677,49	83.389.617,17	80.054.032,48	76.051.330,86
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	80.497.993,00	83.375.192,87	83.108.354,75	85.968.677,49	83.389.617,17	80.054.032,48	76.051.330,86
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	17.119.577,91	16.605.990,58	15.941.750,95	15.144.663,41
Ativo Disponível	17.747.996,28	18.307.999,62	9.735.354,50	27.892.718,75	27.055.937,19	25.973.699,70	24.675.014,72
Haveres Financeiros	3.152,72	3.152,72	3.152,72	3.152,72	3.058,14	2.935,81	2.789,02
(-) Restos a Pagar	27.562.223,10	23.776.302,80	15.229.681,32	10.776.293,56	10.453.004,75	10.034.884,56	9.533.140,33
Dívida Consolidada Líquida	80.497.993,00	83.375.192,87	83.108.354,75	68.849.099,58	66.783.626,59	64.112.281,53	60.906.667,45

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2022	Providência	2022
1 Demandas Judiciais	600.000,00		600.000,00
Demandas Trabalhistas	600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	600.000,00
2 Dívidas em Processo de Reconhecimento	800.000,00		800.000,00
Decisões Judiciais	800.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	800.000,00
3 Avais e Garantias Concedidas	60.000,00		60.000,00
Garantias Financeiras ou Contratuais	60.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	60.000,00
4 Assunção de Passivos	2.000.000,00		2.000.000,00
De Reg. Próprio de Prev. dos Serv. Públicos	2.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	2.000.000,00
5 Assistências Diversas	1.800.000,00		1.800.000,00
Assistência Contra Seca	600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	600.000,00
Epidemias	1.200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.200.000,00
SUBTOTAL	5.260.000,00	SUBTOTAL	5.260.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2022	Providência	2022
7 Frustração de Arrecadação	800.000,00	Limitação de Empenho para despesas discricionarias	800.000,00
SUBTOTAL	800.000,00	SUBTOTAL	800.000,00
TOTAL	6.060.000,00	TOTAL	6.060.000,00

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2022

(R\$)

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	218.830.607,0	211.614.550,8	0,140	227.583.831,28	213.027.651,8	0,143	238.963.022,8	216.660.038,4	0,146
Receitas Primárias (I)	218.810.007,0	211.594.630,1	0,140	227.562.407,28	213.007.598,1	0,143	238.940.527,6	216.639.642,8	0,146
Despesa Total	218.830.607,0	211.614.550,8	0,140	227.583.831,29	213.027.651,8	0,143	238.963.022,8	216.660.038,4	0,146
Despesas Primárias (II)	217.444.981,8	210.274.617,4	0,140	226.142.781,15	211.678.770,7	0,142	237.449.920,2	215.288.157,2	0,145
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.365.025,13	1.320.012,70	0,001	1.419.626,13	1.328.827,36	0,001	1.490.607,44	1.351.485,52	0,001
Resultado Nominal	2.065.472,99	1.997.362,91	0,001	2.671.345,06	2.500.486,80	0,002	3.205.614,08	2.906.426,53	0,002
Dívida Pública Consolidada	83.389.617,17	80.639.799,99	0,054	80.054.032,48	74.933.805,55	0,050	76.051.330,86	68.953.280,20	0,047
Dívida Consolidada Líquida	66.783.626,59	64.581.400,82	0,043	64.112.281,53	60.011.683,22	0,040	60.906.667,45	55.222.104,06	0,037
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

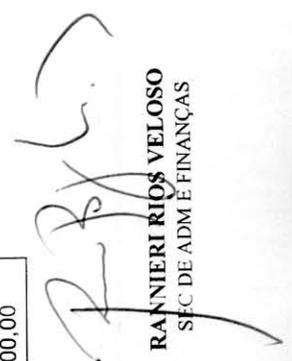
VARIÁVEIS	2022	2023	2024
	PIB real (crescimento % anual)	2,43	2,42
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	4,90	4,85	4,85
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,41	3,31	3,24
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	155.854.000.000,00	159.641.000.000,00	163.504.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	24.045.000.000,00	24.865.000.000,00	25.688.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2022	2023	2024
Valor Corrente / 1,03410	Valor Corrente / 1,06833	Valor Corrente / 1,10294

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANTIPIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2022

(R\$)

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2020 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II - I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	205.296.510,0	0,130	0,933	199.361.360,	0,126	0,895	-5.935.149,45	-2,89
Receitas Primárias (I)	187.247.606,0	0,119	0,851	198.979.050,	0,126	0,894	11.731.444,39	6,26
Despesa Total	205.296.510,0	0,130	0,933	198.067.055,	0,126	0,890	-7.229.454,74	-3,52
Despesas Primárias (II)	174.858.181,9	0,111	0,795	196.980.945,	0,125	0,885	22.122.763,54	12,65
Resultado Primário (III)=(I - II)	12.389.424,01	0,008	0,056	1.998.104,86	0,001	0,009	-10.391.319,15	-83,87
Resultado Nominal	-34.023,08	0,000	0,000	266.838,12	0,000	0,001	300.861,20	-884,28
Dívida Pública Consolidada	83.409.215,95	0,053	0,379	83.108.354,75	0,053	0,373	-300.861,20	-0,36
Dívida Consolidada Líquida	83.406.063,23	0,053	0,379	83.108.354,75	0,053	0,373	-297.708,48	-0,35

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2020

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	157.681.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2020	157.681.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2020	22.000.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2020	22.266.000.000,00

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2022

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	190.244.230,91	199.361.360,55	4,8	200.996.900,00	0,8	207.026.807,00	3,0	215.307.879,28	4,0	226.073.273,24	5,0
Receitas Primárias (I)	189.434.695,49	198.979.050,39	5,0	200.334.150,00	0,7	206.344.174,50	3,0	214.597.941,48	4,0	225.327.838,55	5,0
Despesa Total	181.630.862,12	198.067.055,26	9,1	212.456.900,00	7,3	218.830.607,00	3,0	227.583.831,29	4,0	238.963.022,85	5,0
Despesas Primárias (II)	179.838.697,80	196.980.945,53	9,5	211.111.632,88	7,2	217.444.981,87	3,0	226.142.781,15	4,0	237.449.920,20	5,0
Resultado Primário (III)=(I - II)	9.595.997,69	1.998.104,86	-79,2	-10.777.482,88	-639,4	-11.100.807,37	3,0	-11.544.839,67	0,0	-12.122.081,65	0,0
Resultado Nominal	-2.877.199,87	266.838,12	-109,3	14.259.255,17	5243,8	2.065.472,99	-85,5	2.671.345,06	29,3	3.205.614,08	20,0
Dívida Pública Consolidada	83.375.192,87	83.108.354,75	-0,3	85.968.677,49	3,4	83.389.617,17	-3,0	80.054.032,48	-4,0	76.051.330,86	-5,0
Dívida Consolidada Líquida	83.375.192,87	83.108.354,75	-0,3	68.849.099,58	-17,2	66.783.626,59	-3,0	64.112.281,53	-4,0	60.906.667,45	-5,0

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	205.444.744,96	205.980.157,72	0,3	200.996.900,00	-2,4	200.199.987,43	-0,4	201.536.865,28	0,7	204.973.319,71	1,7
Receitas Primárias (I)	204.570.527,66	205.585.154,86	0,5	200.334.150,00	-2,5	199.539.865,10	-0,4	200.872.334,84	0,7	204.297.458,20	1,7
Despesa Total	196.143.168,00	204.642.881,49	4,3	212.456.900,00	3,8	211.614.550,82	-0,4	213.027.651,84	0,7	216.660.038,49	1,7
Despesas Primárias (II)	194.207.809,75	203.520.712,92	4,8	211.111.632,88	3,7	210.274.617,42	-0,4	211.678.770,75	0,7	215.288.157,29	1,7
Resultado Primário (III)=(I - II)	10.362.717,91	2.064.441,94	-80,1	-10.777.482,88	-622,0	-10.734.752,32	0,0	-10.806.435,90	0,0	-10.990.699,09	0,0
Resultado Nominal	-3.107.088,14	275.697,15	-108,9	14.259.255,17	5072,1	1.997.362,91	-86,0	2.500.486,80	25,2	2.906.426,53	16,2
Dívida Pública Consolidada	90.036.870,78	85.867.552,13	-4,6	85.968.677,49	0,1	80.639.799,99	-6,2	74.933.805,55	-7,1	68.953.280,20	-8,0
Dívida Consolidada Líquida	90.036.870,78	85.867.552,13	-4,6	68.849.099,58	-19,8	64.581.400,82	-6,2	60.011.683,22	-7,1	55.222.104,06	-8,0

Nota:

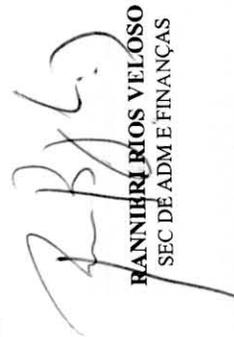
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
	2020	2022*	2024*
2019			
4,31	4,52	3,41	3,24
VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente x 1,07990	Valor Corrente x 1,03320	Valor Corrente / 1,03410	Valor Corrente / 1,06833
Valor Corrente / 1,10294			

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

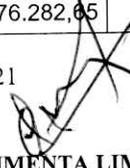

RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM**
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2022

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019		2018	
		%		%		%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	83.076.282,65	100,00	70.116.049,38	100,00	57.988.371,50	100,00
TOTAL	83.076.282,65	100,00	70.116.049,38	100,00	57.988.371,50	100,00

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2022

(R\$)

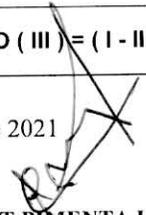
AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	27.294,90	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	27.294,90	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IIId)+IIIh)	(h)=((Ib-IIe)+IIIi)	(i)=(Ic - II f)
	27.294,90	27.294,90	0,00

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM B-FINANÇAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM**

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2022

(R\$)

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2022	2023	
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

Notas:

Notas:

1. Não existe previsão de renúncia de receita para os períodos considerados, além dos benefícios já existentes, que não comprometem as metas fiscais do Município, visto que já estão expurgadas das estimativas de receita, por conseguinte não há previsão de compensação das respectivas renúncias.

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado
2022

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Notas:

Notas:

1.A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deverá preservar as metas de resultado fiscal previstas e o equilíbrio entre receitas e despesas

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM

Relação das Receitas

Código	Descrição	Grau	
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	1	S
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2	A
1.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	2	A
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	2	A
1.4.0.0.00.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	2	A
1.5.0.0.00.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	2	A
1.6.0.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	2	A
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2	A
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2	A
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1	S
2.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	A
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	2	A
2.3.0.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2	A
2.4.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2	A
2.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2	A
7.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
7.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIAS - INTRA	2	A
7.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.3.0.0.00.0.0	PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.4.0.0.00.0.0	AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.5.0.0.00.0.0	INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.6.0.0.00.0.0	SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.9.0.0.00.0.0	OUTRAS REC.CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
8.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.3.0.0.00.0.0	AMORTIZ.DE EMPRÉSTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.5.0.0.00.0.0	OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
9.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	1	S
9.7.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	2	A

Fundo de Previdência Municipal

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2022

Fundo de Previdência Municipal

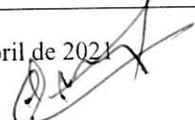
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2022

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	12.141.517,75	100,00	8.526.461,23	100,00	7.252.439,78	100,00
TOTAL	12.141.517,75	100,00	8.526.461,23	100,00	7.252.439,78	100,00

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANT PIMENTA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	5.388.333,23	11.629.783,18	11.307.955,69
Receita de Contribuições dos Segurados	1.423.731,89	4.383.566,90	5.032.383,43
Civil	1.423.731,89	4.383.566,90	5.032.383,43
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.842.821,81	6.962.821,35	6.174.599,46
Civil	3.842.821,81	6.962.821,35	6.174.599,46
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	121.779,53	280.390,77	98.972,80
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	121.779,53	280.390,77	98.972,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	3.004,16	2.000,00
Compensação Previdenciário do RGPS ao RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Per. P/Amorti. do Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	3.004,16	2.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV)=(I+III-II)	5.388.333,23	11.629.783,18	11.307.955,69

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefício Civil	7.016.912,91	12.792.506,42	12.234.102,28
Aposentadorias	4.916.830,95	10.026.359,04	10.848.047,04
Pensões	718.920,29	1.431.790,60	1.386.055,24
Outros Benefícios Previdenciários	1.381.161,67	1.334.356,78	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	74.443,10	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS ao RGPS	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	74.443,10	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	7.091.356,01	12.792.506,42	12.234.102,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	-1.703.022,78	-1.162.723,24	-926.146,59

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR	3.000.000,00	2.500.000,00	1.835.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
 2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Vltres.Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.283.335,91	120.612,67	-805.533,92
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

- O saldo de bens e direitos de 2017 era R\$ 2.986.358,69

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	1.158.285,50	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	363.806,83	0,00
Civil	0,00	363.806,83	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	776.167,41	0,00
Civil	0,00	776.167,41	0,00
Ativo	0,00	776.167,41	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	18.311,26	0,00

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
	2018	2019	2020
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	18.311,26	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	1.158.285,50	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	1.158.285,50	0,00

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Receitas Correntes	0,00	612.519,91	437.702,75
TOTAL RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	612.519,91	437.702,75

	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Despesas Correntes XIII	0,00	792.326,45	832.313,85
Despesas de Capital (XIV)	0,00	14.993,40	0,00
TOTAL DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII - XIV)	0,00	807.319,85	832.313,85
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	194.799,94	394.611,10

Fundo de Previdência Municipal

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

QUIXERAMOBIM-CE, 13 de Abril de 2021


CIRILO ANTUNES LIMA
PREFEITO MUNICIPAL


RANNIERI RIOS VELOSO
SEC DE ADM E FINANÇAS

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022
Fundo de Previdência Municipal
(R\$)

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Recursos Garantidores
2020	11.711.903,52	-17.303.825,40	-5.591.921,88	0,00
2021	12.972.278,49	-18.588.172,68	-5.615.894,19	0,00
2022	13.326.337,02	-19.837.495,76	-6.511.158,74	0,00
2023	15.374.424,81	-21.490.354,52	-6.115.929,71	0,00
2024	15.732.774,72	-23.153.542,51	-7.420.767,80	0,00
2025	17.779.825,25	-25.934.997,09	-8.155.171,84	0,00
2026	18.145.679,06	-28.055.882,96	-9.910.203,90	0,00
2027	35.057.424,67	-30.494.116,94	4.563.307,74	4.563.307,74
2028	36.557.341,50	-32.621.017,46	3.936.324,04	8.499.631,78
2029	38.003.732,23	-34.872.959,01	3.130.773,22	11.630.405,00
2030	39.388.452,98	-37.243.052,73	2.145.400,24	13.775.805,24
2031	40.897.840,91	-39.188.209,61	1.709.631,30	15.485.436,54
2032	42.268.800,45	-41.551.668,79	717.131,66	16.202.568,20
2033	43.838.237,99	-43.301.481,84	536.756,15	16.739.324,35
2034	45.324.744,47	-45.401.751,96	-77.007,50	16.662.316,86
2035	46.777.916,55	-47.607.819,32	-829.902,77	15.832.414,08
2036	48.224.565,58	-49.793.524,00	-1.568.958,42	14.263.455,66
2037	49.597.917,47	-52.171.913,66	-2.573.996,19	11.689.459,47
2038	50.926.607,95	-54.595.737,72	-3.669.129,77	8.020.329,70
2039	52.264.944,15	-56.863.299,71	-4.598.355,55	3.421.974,15
2040	53.704.476,04	-59.386.290,27	-5.681.814,23	0,00
2041	55.472.944,73	-62.047.855,25	-6.574.910,52	0,00
2042	57.400.427,03	-64.303.010,27	-6.902.583,24	0,00
2043	59.265.798,32	-67.046.097,98	-7.780.299,67	0,00
2044	61.377.177,08	-69.035.144,29	-7.657.967,20	0,00
2045	63.728.296,78	-70.332.609,60	-6.604.312,81	0,00
2046	66.115.411,09	-71.782.250,09	-5.666.839,00	0,00
2047	68.256.379,29	-74.417.489,14	-6.161.109,85	0,00
2048	70.699.963,62	-76.131.730,61	-5.431.767,00	0,00
2049	73.319.016,99	-77.387.792,05	-4.068.775,06	0,00
2050	75.836.775,34	-79.284.185,00	-3.447.409,66	0,00
2051	78.460.075,33	-81.045.070,15	-2.584.994,82	0,00
2052	81.401.566,32	-81.890.621,59	-489.055,27	0,00
2053	10.663.558,53	-83.179.770,31	-72.516.211,78	0,00
2054	10.266.947,13	-84.391.819,84	-74.124.872,72	0,00
2055	10.082.929,84	-84.477.390,72	-74.394.460,88	0,00
2056	9.690.717,78	-85.070.422,18	-75.379.704,40	0,00
2057	9.268.836,17	-85.491.033,22	-76.222.197,05	0,00
2058	8.910.606,33	-85.425.624,20	-76.515.017,87	0,00
2059	8.641.314,70	-84.742.355,25	-76.101.040,55	0,00
2060	8.433.506,85	-83.569.118,86	-75.135.612,01	0,00
2061	8.183.650,08	-82.288.174,40	-74.104.524,31	0,00
2062	7.946.439,03	-80.706.243,52	-72.759.804,50	0,00
2063	7.716.298,53	-78.854.530,87	-71.138.232,34	0,00
2064	7.459.165,40	-76.871.208,46	-69.412.043,06	0,00
2065	7.231.575,81	-74.566.282,73	-67.334.706,92	0,00

2066	6.989.942,82	-72.115.414,49	-65.125.471,67	0,00
2067	6.735.584,93	-69.531.617,33	-62.796.032,40	0,00
2068	6.470.011,74	-66.828.688,02	-60.358.676,27	0,00
2069	6.194.670,44	-64.019.607,95	-57.824.937,51	0,00
2070	5.911.208,71	-61.125.410,77	-55.214.202,06	0,00
2071	5.621.071,21	-58.156.307,21	-52.535.236,00	0,00
2072	5.325.588,75	-55.128.146,79	-49.802.558,04	0,00
2073	5.025.999,82	-52.053.044,38	-47.027.044,56	0,00
2074	4.723.449,09	-48.943.327,54	-44.219.878,45	0,00
2075	4.419.059,16	-45.808.119,73	-41.389.060,57	0,00
2076	4.113.928,60	-42.662.570,50	-38.548.641,90	0,00
2077	3.809.280,42	-39.515.198,80	-35.705.918,38	0,00
2078	3.506.274,32	-36.387.746,69	-32.881.472,37	0,00
2079	3.206.294,06	-33.286.909,16	-30.080.615,09	0,00
2080	2.910.968,15	-30.235.607,82	-27.324.639,67	0,00
2081	2.621.958,82	-27.245.492,03	-24.623.533,21	0,00
2082	2.341.138,62	-24.338.406,01	-21.997.267,39	0,00
2083	2.070.748,36	-21.539.583,22	-19.468.834,86	0,00
2084	1.812.259,66	-18.861.573,32	-17.049.313,66	0,00
2085	1.567.282,06	-16.319.974,28	-14.752.692,22	0,00
2086	1.337.337,39	-13.935.655,94	-12.598.318,55	0,00
2087	1.124.192,08	-11.712.704,66	-10.588.512,58	0,00
2088	929.288,05	-9.679.314,81	-8.750.026,76	0,00
2089	753.629,49	-7.848.679,52	-7.095.050,02	0,00
2090	598.682,85	-6.234.803,05	-5.636.120,20	0,00
2091	464.363,47	-4.827.093,04	-4.362.729,57	0,00
2092	350.609,58	-3.639.630,60	-3.289.021,02	0,00
2093	256.861,74	-2.654.971,68	-2.398.109,95	0,00
2094	182.210,47	-1.879.439,74	-1.697.229,27	0,00





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 015/2021/ASS.JUR.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE QUIXERAMOBIM, ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 28, inciso XII, da Lei Complementar Municipal nº 014/2017, de 27 de junho de 2017, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.058/2021, de 11 de junho de 2021.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, aos 11 de junho de 2021.

RANNIERI RIOS VELOSO
Secretário de Administração e Finanças



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.058/2021, de 11 de junho de 2021, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação nº 015/2021/ASS.JUR. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 11 de junho de 2021.

RANNIERI RIOS VELOSO
Secretário de Administração e Finanças